

ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
PROAD 5295/2022

Data e horário: 24 de out. de 2025 14:30 BRT

Local: VIRTUAL, via Google Meet



ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PARTICIPANTES			
Portarias GP.TRT4 nº 3.791/2022 e nº 6.801/2023			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Dr. João Paulo Lucena	Desembargador do Trabalho, Coordenador do Comitê	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Cleusa Regina Halfen	Desembargadora do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dr. Marçal Henri dos Santos Figueiredo	Desembargador do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Neusa Líbera Lodi	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Raquel Nenê Santos	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dra. Luísa Rumi Steinbruch	Juíza do Trabalho, pela AMATRA IV	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dr. Luiz Antonio Colussi	Juiz do Trabalho, Vice-Diretor/Foro de Porto Alegre	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sr. Diogo de Seixas Grimberg	Secretário-Geral da Presidência	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Sr. João Luiz Peixoto da Silva	Diretor da Secretaria de Segurança Institucional	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sr. Fernando dos Santos Wilges (suplente)	Assessor da Presidência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade de apoio executivo: Secretaria de Segurança Institucional

Secretário: João Alberto Prestes Baptista, Técnico Judiciário.



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

PAUTA

A quinta reunião do ano foi iniciada às 14h30min do dia 24 de outubro de 2025, sendo aberta pelo Desembargador Marçal, no exercício da coordenação, por impossibilidade momentânea do Desembargador Lucena, em atendimento a emergência pessoal, e da Desembargadora Cleusa, por problemas técnicos na conexão, que, após cumprimentar a todos(as), passou a palavra ao servidor Peixoto.

Assuntos gerais.

Assunto 1, Situação de risco envolvendo servidor Oficial de Justiça.

O servidor **Peixoto** relatou o caso que envolveu um Oficial de Justiça que, durante o cumprimento de mandado judicial, teria sofrido tentativa de cárcere privado por parte do proprietário de um estabelecimento, objeto do mandado. Informou que o Oficial de Justiça acabou sendo retirado à força do local por parte do dono da loja, com seus pertences permanecendo dentro, que a Brigada Militar foi acionada, resultando na prisão da pessoa envolvida. O servidor Peixoto ressaltou que, do ponto de vista da segurança, o Oficial deveria ter se retirado ao primeiro sinal de agressividade e chamado a força policial, conforme previsto nos cursos ministrados aos Oficiais, e que a cautela é primordial e a atitude corajosa, por vezes, não é a mais adequada a se adotar. Os magistrados demonstraram ciência sobre o fato e a **Juíza Luísa** comentou sobre a situação e concluiu que o servidor deveria ter evitado a situação de risco. O **servidor Peixoto** mencionou que o incidente se vincula à Portaria 2.154/2025, que instituiu o Plano de Ação de Atendimento a Ocorrências envolvendo Magistrados(as) e Servidores(as) da Justiça do Trabalho, vítimas de violência em deslocamentos de e para seus locais de trabalho, entre 7h e 20h. Explicou que o plano visa dar assistência, acionando a força pública de segurança, indicando delegacias ou até deslocando a própria segurança do TRT4, dependendo do risco, e citou o caso recente,



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

anterior à publicação do Plano de Ação, de magistrada que precisou de apoio em área de risco, por problemas em seu veículo. Solicitou a opinião dos membros para que o Plano fosse amplamente divulgado nos meios de comunicação do Tribunal. O **Desembargador Marçal**, ao tomar a palavra, realçou que, embora o fato envolvendo o Oficial tenha sido amplamente divulgado, o Tribunal deveria emitir uma mensagem pela Comunicação Social, alertando sobre o Plano de Ação para que qualquer servidor, especialmente aqueles que atuam em linha de frente, acionem a segurança do Tribunal, ainda que preventivamente. Ainda, reforçou que a cautela é primordial para os Oficiais de Justiça, que não devem correr riscos e podem certificar a diligência para realizá-la com apoio policial em outro momento. A **Juíza Raquel** comentou em relação à nota de repúdio emitida pelo Tribunal sobre o ocorrido e todos os membros concordaram com a ampla divulgação do Plano. O **servidor Peixoto** informou que a Secretaria de Segurança mapeou os telefones diretos dos postos de pronto atendimento da Brigada Militar, em cada localidade do estado, para facilitar o acionamento via Plano de Ação.

Assunto 2, PROAD 705/2025, proposta de provimento de cargos de Agentes da Polícia Judicial.

O **servidor Peixoto** tratou do segundo ponto, o PROAD 705/2025, que tratava do pedido do Comitê à Presidência para que fosse estabelecido um critério objetivo, um percentual, para o provimento dos cargos de Agentes da Polícia Judicial, considerando a defasagem do quadro. Comunicou que a Presidência reconheceu o déficit e a necessidade de renovação do quadro, mas decidiu não estabelecer o critério objetivo de preenchimento de cargos no momento. O **Desembargador Marçal** sugeriu que, embora a Presidência tenha dado essa resposta, o assunto deveria ser reencaminhado à nova Administração, assim que houver a posse do próximo Presidente, que tem uma visão diferente a respeito. A **Juíza Raquel** comentou, concordando com o Desembargador Marçal, que seria



importante reiterar a solicitação à nova Administração. O **servidor Peixoto** confirmou que ficaria registrado em ata a renovação do pedido em 2026.

Assuntos 3, Relatos sobre participação em eventos.

O servidor Peixoto relatou a participação dele e do Desembargador Lucena no 4º Encontro Nacional de Segurança Institucional da Justiça do Trabalho, em Belo Horizonte, contando com a presença de todos os Gestores de Segurança Institucional e Coordenadores de Comitês de Segurança de todos os TRTs, e que discutiu a necessidade de critérios objetivos para os cargos de APJ e contou com a presença da Ministra Carmén Lúcia no encerramento do evento. Citou as mudanças relevantes e a renovação nos quadros de comando da Polícia Judicial, com Agentes da Polícia Judicial de carreira assumindo cargos de direção nos órgãos da Alta Gestão da segurança institucional do Judiciário Federal. Mencionou que há o interesse em trazer o 5º Encontro Nacional para o TRT4, no RS, em 2026, dependendo da próxima Administração. O **Desembargador Marçal** reforça a necessidade de começar desde agora a alinhar com a futura Administração do TRT4 a realização deste evento. O **servidor Peixoto** abriu a palavra aos demais membros. A **Juíza Raquel** comentou que esteve na posse do novo Comandante Regional de Polícia Ostensiva na região noroeste, Coronel Rafael Luft; relatou que, junto com a Justiça Federal e a Brigada Militar em Santa Rosa, que está organizando uma roda de conversa sobre defesa e segurança feminina no judiciário e fora dele, prevista para 14 de novembro, com apoio da Escola Judicial. Explicou que o evento é destinado a juízas e servidoras mulheres da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal de Santa Rosa com a Brigada Militar, e que visa iniciar o projeto com o pessoal da Brigada para tratar de questões de segurança feminina. A Juíza Raquel, ainda, ressaltou que o projeto é uma forma de estreitar o relacionamento com as polícias em Santa Rosa, onde não há Polícia Federal, e mencionou que há planos para que o projeto prossiga em um segundo momento com questões mais práticas, como segurança



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

pessoal e direção defensiva, e pretende incluir aulas de tiro. O **Desembargador Marçal** sugeriu à Juíza Raquel que divulgasse o evento previamente, ao que a Juíza Raquel informou mais detalhes. O **Desembargador Lucena** ingressou na reunião, justificando os motivos de seu atraso. Tomando ciência dos assuntos tratados, assumiu a coordenação da reunião e complementou o relato do servidor Peixoto sobre o Encontro Nacional; salientou que isso é o reflexo do posicionamento do TRT4 em âmbito nacional no que se refere ao tema da segurança institucional no Judiciário, que há uma mudança de status do tema especialmente após os atentados ao STF e as ameaças a magistrados, e que o movimento é no sentido de elevar a segurança nos Tribunais, de elevar os padrões de capacidade técnica e de ação operacional de todas as polícias judiciais de todos os tribunais, movimento capitaneado pelo CNJ; relatou as mudanças nas posições do comando da segurança institucional; destacou que o TRT4 tem sido reconhecido nacionalmente pelo seu trabalho, sobretudo na proteção de dignatários e no desenvolvimento de sistemas de inteligência artificial. Anunciou os próximos passos: um encontro local dos gestores de segurança em Porto Alegre, em novembro; o fato de o TRT4 sediar o Encontro Nacional da Justiça do Trabalho da área de segurança no primeiro semestre do próximo ano e o interesse do CNJ em realizar a capacitação nacional da Polícia Judicial em Porto Alegre, devido ao protagonismo do Tribunal. Ressaltou que esse protagonismo é fruto do trabalho conjunto da Secretaria de Segurança, do Laboratório de Inovação e da TI para o desenvolvimento desses sistemas, que têm sido premiados nacionalmente. O **Juiz Colussi** saudou o Desembargador Lucena e relatou que havia passado por uma situação que o deixou perplexo, uma fraude em acordos trabalhistas, com falsificações grosseiras, utilizando seu nome e assinatura digital. Acionou o servidor Peixoto para acompanhar o caso, que já tramita na Polícia Federal. O **servidor Peixoto** informou o nome e a OAB da advogada envolvida e ressaltou a importância de o Comitê ter ciência desses dados



ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

para manter o histórico de segurança. Quanto ao sistema AEGIS, o **servidor Peixoto** informou que o sistema está firme e forte, com a equipe cumprindo cerca de 14 ou 15 mandados por mês, com o apoio da Polícia Civil, e que o TRT de São Paulo está utilizando o sistema e cumprindo mais de 100 mandados de prisão em um mês. O **Desembargador Lucena** realçou que o AEGIS é um caso de sucesso, que foi apresentado no CNJ e que pode vir a ser incorporado como padrão nacional. Ele ainda informou que, a partir de 1º de novembro, o rastreamento do AEGIS será estendido para o estado inteiro, e que foi estabelecido um fluxo de trabalho com a Polícia Civil para realizar as prisões, priorizando a segurança.

O **Desembargador Lucena** agradeceu a presença de todos(as) e encerrou a reunião às 15h36min.



ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

1 - Aprovada por unanimidade o encaminhamento de pedido à Secretaria de Comunicação Social para divulgação do Plano de Ação instituído pela Portaria 2.145/2025 no portal VOX e para todos os servidores e magistrados.

2 - Deliberada a renovação do pedido de concurso com provimento de cargos para Agentes da Polícia Judicial, a ser direcionado à nova Administração do TRT4.



ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS			
TAREFA	RESPONSÁVEL	PRAZO	OBSERVAÇÕES
Solicitar à Comunicação Social divulgação do Plano de Ação instituído pela Portaria 2.154/2025	Secretaria de Segurança Institucional	30-11	
Encaminhar à Presidência que assume o exercício no biênio 2026/2027 solicitação para realização de concurso para provimento de cargos para Agentes da Polícia Judicial	Secretaria de Segurança Institucional	fev/2026	

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.